



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO

**14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA**

**SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO**

**REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025.**

Às nove horas e trinta e um minutos, do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, terça-feira, realizou-se a Sexagésima Sétima Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador, **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros** do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo **Vereador Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os vereadores **Adaldo Donato de Oliveira, Márcio Pacele Vieira da Silva, Militino Feder Júnior** do Partido Republicanos, **Edimilson Dourado Gomes, Ellis Regina Batista Leal Oliveira, José Iracy Macário Barros** do Partido União, **Bruno Luciano do Couto Araújo, Gilber Rocha Mercês, Sofia Andrade de Aguiar Gomes** do Partido Liberal (PL), **Breno Mendes da Silva Farias, José Uilson Guimarães de Souza** do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes, Evanildo Ferreira da Silva** do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Nilton de Souza Melo**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Wanel Chaves Martins** do Partido Social Democrático (PSD), **Pedro Geovar Ribeiro Junior**, do Partido Progressista (PP), **Jeovane de Jesus Rocha**, do Partido (AGIR); **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD) e **Fernando Celestino da Silva** (Sem filiação partidária). Justificada as ausências dos Vereadores: **Everaldo Alves Fogaça e Thiago dos Santos Tezzari**. Após saudar os presentes, o Presidente, **Vereador Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Sexagésima Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Estado de Rondônia**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia.

**EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada;

**II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal:** (Não houve);

**III - Apresentação das proposições dos Vereadores:**

- I- Projeto de Lei nº 4948 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas ao acolhimento, diagnóstico, inclusão e orientação de mulheres com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Porto Velho, e dá outras providências.”
- II- Projeto de Lei nº 4949 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Estabelece diretrizes de incentivo e certificação de estabelecimentos comerciais que promovam a acessibilidade comunicacional no Município de Porto Velho, e dá outras providências.”
- III- Projeto de Lei nº 4950 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Estabelece diretrizes para o Programa Municipal de Triagem Precoce do Autismo – “Olhar Atento”, no âmbito do Município de Porto Velho, e dá outras providências.”
- IV- Projeto de Lei nº 4951 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Estabelece diretrizes para o atendimento preferencial e a promoção de políticas de inclusão às pessoas com fibromialgia no Município de Porto Velho, e dá outras providências.”
- V- Projeto de Lei nº 4952 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Institui o Programa Municipal de Valorização e Reconhecimento do Doador Voluntário de Sangue, Medula Óssea e Órgãos no Município de Porto Velho, e dá outras providências.”
- VI- Projeto de Lei nº 4953 de 2025**, de autoria do Vereador

Edimilson Dourado que “Inclui no Calendário Oficial do Município o Arraial do Abobrão, no âmbito do Município de Porto Velho e outras providências.” **Palavra vaga aos Vereadores inscritos;** Para fazer uso da palavra **Vereador Dr. Breno Mendes;** O vereador Breno Mendes iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, a mesa diretora, a vereadora Sofia Andrade e os demais colegas parlamentares, expressando satisfação em estar presente na sessão. Em seguida, destacou o trabalho da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos, que realiza reuniões semanais às terças-feiras, às 13 horas, e tem pautado temas relevantes para o município de Porto Velho. O vereador ressaltou que, na última reunião, a comissão deliberou sobre a falta de atendimento presencial humano na empresa Energisa, propondo a substituição dos totens eletrônicos por atendentes humanos, com o objetivo de melhorar o serviço prestado à população. Breno Mendes solicitou que os membros da comissão presentes no plenário fossem reconhecidos e citou nominalmente: Alessandra Rocha da Silva, Maria Antônia Privado, Carlos Ronaldo de Assis Portela, Kauane Braz da Silva, Raimunda Nonato Pereira de Carvalho, Mona Lisa de Souza Barros, Saionária Ribeiro Chaves, Bruna Correa de Oliveira, Emanuele de Souza Cruz e Rafael Carvalho Aldunate. O vereador informou que o projeto de lei resultante dessa proposta foi aprovado em primeira votação e seria apreciado novamente em segunda votação, reforçando a importância do retorno do atendimento humano na Energisa, considerando que milhares de pessoas têm sido prejudicadas pelo modelo atual. Por fim, Breno Mendes parabenizou a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos pelo empenho e estendeu o reconhecimento a todas as demais comissões da Câmara Municipal, ressaltando o trabalho sério desenvolvido por cada uma delas.

Para fazer uso da palavra o **Vereador Adriano Gomes;** O vereador **Adriano Gomes** iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, a mesa diretora, os colegas parlamentares e os servidores da Casa, com destaque especial às mulheres que atuam na Câmara Municipal. Em seguida, apresentou um anteprojeto de lei para regulamentar o IPTU Verde, criado há mais de seis anos pela Lei Complementar nº 759/2023, mas que até o momento não havia sido efetivamente implementado. O parlamentar explicou que o IPTU Verde visa conceder descontos no imposto aos cidadãos que adotarem práticas sustentáveis, como a instalação de placas solares com desconto de 10% e a captação de águas pluviais, que garantiria redução de 4%. Destacou ainda que o projeto não gera impacto financeiro para o município, pois já está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e solicitou ao prefeito Léo Moraes celeridade na regulamentação. Durante a sessão, diversos vereadores pediram a **palavra “pela ordem”** para se manifestar sobre o tema: **Vereadora Sofia Andrade** parabenizou Adriano Gomes pela iniciativa e reforçou a importância do IPTU Verde como incentivo à sustentabilidade e à legalidade fiscal, lembrando que o município enfrenta mais de 70% de inadimplência no IPTU. Contou que esteve na Secretaria de Fazenda no início do ano tratando do tema e ressaltou que, embora haja resistência da Prefeitura em renunciar a receita, o projeto pode aumentar a arrecadação de forma justa, ao incentivar a adesão voluntária dos contribuintes. **Vereador Breno Mendes** esclareceu que o tema já vinha sendo debatido desde a legislatura anterior, e que o prefeito já havia demonstrado apoio, incluindo a proposta na LDO. Ressaltou que o projeto foi contemplado pelo Executivo e será conduzido em diálogo direto com os parlamentares envolvidos, reconhecendo o mérito de Adriano e Sofia pela iniciativa. **Vereador Nilton Souza** também parabenizou Adriano Gomes, destacando que além dos benefícios ambientais e econômicos para os cidadãos, o projeto pode gerar empregos e movimentar o comércio local, especialmente com o aumento na demanda por serviços de instalação de energia solar. Vereador Dr. Gilber elogiou a atuação de Adriano Gomes e buscou esclarecer detalhes sobre o anteprojeto, recordando que o IPTU Verde foi inicialmente proposto pelo vereador Alex Paliton e chegou a ser alvo de ação direta de inconstitucionalidade, posteriormente julgada improcedente, restando apenas a lacuna da falta de regulamentação justamente o ponto abordado pela nova proposta de Adriano. **Vereador Fernando Silva**, em tom crítico e bem-humorado, sugeriu uma emenda ao projeto para incluir descontos ou isenções aos moradores de áreas precárias, como ruas sem asfalto ou afetadas por enchentes, ressaltando que o benefício também deve alcançar as famílias mais vulneráveis que sofrem com a falta de infraestrutura básica. Em resposta, Adriano Gomes reconheceu a pertinência da fala do colega e afirmou que a regulamentação do IPTU precisa avançar para alcançar toda a população, incluindo aqueles que ainda vivem sem asfalto, drenagem ou saneamento básico. Aproveitou para criticar a Secretaria de Trânsito (Semtran) pela demora no atendimento de pedidos de infraestrutura, como a instalação de um quebra-molas em frente à Escola Capitão Cláudio, que aguarda resposta há meses. Outros vereadores também manifestaram apoio: **Marcos Combate** ressaltou a importância do projeto e afirmou que sua efetiva aplicação trará resultados positivos para toda a população, incluindo os mais carentes. **Dr. Santana** elogiou a

iniciativa e mencionou experiências bem-sucedidas de implantação do IPTU Verde em outros municípios, como Jaru, destacando que o modelo pode servir de referência para Porto Velho. Em suas considerações finais, **Adriano Gomes** reafirmou que o IPTU Verde é um incentivo para a sustentabilidade, beneficiando quem utiliza energia limpa, capta água de chuva ou planta árvores em suas residências, e reforçou o compromisso de seguir articulando com os demais vereadores e o Executivo para que o projeto seja implementado o mais rápido possível, em benefício do meio ambiente e da população de Porto Velho. Para fazer uso da palavra o Vereador **Marcos Combate**; O vereador Marcos Combate iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, os colegas vereadores e a população de Porto Velho, destacando o respeito e a amizade entre os parlamentares, mesmo quando há divergências políticas. Em seguida, o vereador fez um pronunciamento crítico sobre a atual gestão municipal, pedindo mais entregas concretas e menos repetições de obras iniciadas na administração anterior. Ele afirmou que diversas inaugurações atuais correspondem a projetos iniciados pelo ex-prefeito Hildon Chaves, e questionou quais seriam as realizações próprias da gestão do prefeito Léo Moraes, especialmente na área de infraestrutura urbana. Também cobrou avanços no asfaltamento das vias e melhorias no trânsito da cidade, classificando a situação atual como desorganizada. Propôs que a Câmara realize uma audiência pública com o secretário da Semtran para discutir medidas urgentes que reduzam acidentes e melhorem a mobilidade urbana. O vereador ressaltou que, apesar de ser independente politicamente, suas críticas têm resultado em ações práticas, citando como exemplo a solução de problemas viários na Avenida Vieira Caúla, que, segundo ele, ocorreu após sua denúncia. Durante o discurso, vários vereadores **pediram a palavra pela ordem** para se manifestar: **Dr. Santana** pediu que Marcos Combate observasse melhor suas declarações anteriores, explicando que sempre reconheceu o trabalho do ex-prefeito Hildon Chaves, mas também a continuidade das ações sob a gestão de Léo Moraes, especialmente em programas habitacionais como Pro-Moradia Leste, Porto Belo, Porto Fino e Porto Madeiro, destacando que o atual prefeito deu sequência à fase de escrituração pública e regularização fundiária. **Marcos Combate** respondeu afirmando que o processo de escrituração e entrega dos imóveis citados teve início ainda na gestão anterior e que as entregas atuais apenas finalizam projetos passados. Reforçou que sua cobrança é por novas ações e promessas próprias da atual administração, mencionando o anúncio de um grande concurso público e a criação da Guarda Municipal, que, segundo ele, ainda não foram efetivados. Alertou também para uma possível dificuldade financeira no município, com previsão de contingenciamento e exonerações no fim do ano. **O vereador Nilton Souza** interveio em questão de ordem, observando que se a prefeitura enfrenta restrições orçamentárias, é compreensível a limitação na contratação de pessoal ou na execução de projetos. Defendeu que os vereadores devem atuar em parceria com o Executivo, respeitando os limites financeiros, e destacou que todos os parlamentares têm responsabilidade compartilhada pela boa gestão municipal. Em complementação, o presidente **Gedeão Negreiros** reforçou as falas anteriores, ressaltando que, embora o prefeito demonstre boa vontade, a falta de eficiência de alguns secretários compromete a execução das políticas públicas. Criticou a morosidade da Semtran, que, segundo ele, não conseguiu abrir processos simples, como o de compra de materiais para sinalização e construção de quebra-molas, mesmo após dez meses. Em conclusão, o discurso do **vereador Marcos Combate** foi marcado por críticas firmes à atual administração, pedidos de melhoria na infraestrutura e no trânsito, e um chamado à responsabilidade e à transparência na gestão dos recursos públicos, enquanto os demais vereadores procuraram esclarecer, complementar ou ponderar suas falas, reforçando a importância de uma atuação conjunta entre Legislativo e Executivo em benefício da população de Porto Velho. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Ellis Regina**; A vereadora iniciou sua fala cumprimentando a todos e ressaltando a importância do debate democrático no parlamento, destacando que esse é o verdadeiro papel do Legislativo, seja municipal, estadual ou federal. Comentando o pronunciamento anterior do vereador Marcos Combate, a parlamentar explicou que o serviço público difere profundamente do setor privado, pois requer planejamento, organização, execução e resultados, o que demanda tempo. Por isso, considerou natural que obras inauguradas pelo atual prefeito Léo Moraes tenham sido iniciadas em gestões anteriores, assim como projetos desta administração poderão ser concluídos por futuros gestores. Ellis Regina relembrou o histórico dos conjuntos habitacionais de Porto Velho, mencionando que esses empreendimentos já vinham sendo discutidos desde a gestão do ex-prefeito Roberto Sobrinho, passando por Mauro Nazif e Hildon Chaves, que realizou investimentos significativos cerca de R\$ 40 milhões para garantir moradia às famílias. Destacou que esses projetos são programas do governo federal, com participação do município, e que várias secretarias

municipais atuaram em conjunto para viabilizar as entregas. A vereadora considerou que a discussão sobre a autoria das obras é inócuas, pois o que realmente importa é que elas cheguem à população. Defendeu que o Legislativo concentre esforços em debater e fiscalizar o planejamento municipal, cobrando da Prefeitura o envio à Câmara da programação de atividades do próximo ano, que ainda não foi apresentada. Segundo Ellis, os vereadores não sabem quais bairros serão beneficiados com obras, quais escolas receberão ampliação, ou quais unidades de saúde serão reformadas ou construídas, tampouco como será feita a venda da folha de pagamento dos servidores. Defendeu que o Executivo precisa colocar pessoas experientes nas secretarias, pois a administração pública exige dinamismo e resultados. Ela também destacou a importância das emendas impositivas, afirmando que tem conseguido resultados concretos com suas indicações e que essa ferramenta permite aos vereadores direcionar recursos diretamente para as comunidades. Ao final, Ellis Regina defendeu que a Câmara de Vereadores de Porto Velho precisa ser mais produtiva e propositiva, focando em demandas reais da população, como as comunidades do Maravilha, Terra Prometida e Cascalheira, citadas em audiências públicas anteriores. Em tom firme, a vereadora pediu mais respeito e colaboração entre os parlamentares, afirmando que a Câmara deve ser exemplo e referência, por se tratar de uma casa legislativa da capital. Encerrou dizendo que o importante não é discutir quem iniciou determinada obra, mas celebrar as conquistas em benefício do povo, reforçando que o verdadeiro propósito do mandato é trabalhar com resultados e união em prol da população. Para fazer uso da palavra o **Vereador Fernando Silva**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando o presidente Gedeão Negreiros, o Dr. Marcelo Barroso chefe de gabinete da Casa e os demais presentes, destacando a realização da oficina “Direito Eleitoral na Prática”, programada para o dia 24 de outubro. Em seguida, o parlamentar declarou concordar com as palavras da vereadora Ellis Regina e passou a tratar do tema dos vendedores ambulantes de Porto Velho, ressaltando a importância desses trabalhadores para o funcionamento dos pontos turísticos e espaços públicos do município. Fernando relatou que já foi vendedor ambulante e, com base em sua experiência, afirmou que locais como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Espaço Alternativo, a Feira do Porto e o Skate Park se mantêm movimentados e seguros graças à presença dos ambulantes, que atraem famílias e visitantes. O vereador destacou a necessidade de melhor planejamento por parte da Prefeitura na organização de eventos e na elaboração dos editais de credenciamento de ambulantes, citando como exemplo as recentes festas do Dia das Crianças e do aniversário de Porto Velho, nas quais o número de vendedores credenciados foi insuficiente para atender o público. Segundo ele, a atuação da Câmara foi importante para evitar transtornos nesses eventos. Fernando pediu que, para as festas de Natal no Parque da Cidade, a Prefeitura ouça e envolva os representantes dos ambulantes antes da publicação dos editais, de modo a garantir organização e oportunidade de trabalho. Lembrou que esses profissionais dependem de períodos sazonais como Páscoa, Dia das Mães, Dia das Crianças e Natal para garantir sua renda anual. Ele reforçou o pedido para que a gestão municipal valorize e apoie os trabalhadores ambulantes, reconhecendo sua relevância para a economia local e para o turismo da cidade. Na segunda parte de sua fala, o vereador abordou questões relacionadas à Polícia Militar de Rondônia, mencionando que é o único parlamentar com carreira na corporação e, por isso, sente-se responsável por representar a categoria. Fernando apontou que há necessidade de maior transparência e equidade na distribuição das horas extras (DESSO) entre os policiais militares, defendendo que os critérios de concessão sejam claros e justos, conforme estabelece a legislação. Ele também relatou dificuldades enfrentadas durante a formatura do curso de sargentos da PM, destacando a importância de oferecer melhores condições e reconhecimento aos formandos e seus familiares em eventos dessa natureza. Encerrando sua fala, o vereador reforçou seu apoio aos policiais militares e aos trabalhadores ambulantes, destacando seu compromisso em defender políticas públicas que promovam dignidade, respeito e valorização a esses grupos e à população de Porto Velho. Para fazer uso da Palavra o **Vereador Nilton Souza**; O vereador Nilton Souza iniciou sua fala cumprimentando o presidente em exercício, vereador Edmilson Dourado, os demais integrantes da mesa, os vereadores presentes, o público que acompanhava a sessão pelo YouTube, a imprensa e os servidores da Casa. O parlamentar afirmou que sua fala seria breve e observou que, em muitas sessões, os debates acabam se tornando acalorados, o que, segundo ele, prejudica o andamento dos trabalhos legislativos. Nilton ressaltou que a responsabilidade pelo desenvolvimento da cidade de Porto Velho é compartilhada entre os 23 vereadores e o prefeito, destacando que todos devem trabalhar em conjunto pelo bem da população. Ele afirmou não ser contra as críticas ou reivindicações, pois fazem parte do papel do vereador, mas defendeu que é necessário apontar os problemas acompanhados de soluções. Como exemplo, citou sua visita à

unidade de saúde José Adelino, no bairro Ulisses Guimarães, onde identificou deficiências e buscou recursos por meio de emenda parlamentar da deputada Ieda Chaves, no valor de R\$ 1 milhão, sendo R\$ 500 mil destinados à compra de implantes contraceptivos (Implanon), R\$ 280 mil para motolâncias e o restante para equipamentos cardíacos. O vereador destacou ainda sua atuação em busca da regularização fundiária do setor chacareiro, reforçando que o papel do parlamentar é colaborar com soluções, e não apenas apontar falhas. Defendeu a união entre os vereadores e o Executivo, enfatizando que os conflitos políticos acabam prejudicando a população. Nilton Souza mencionou que, enquanto os parlamentares dispõem de estrutura e estabilidade, muitos trabalhadores enfrentam dificuldades diárias, como motoboys, mototaxistas, taxistas e usuários do transporte coletivo, que lidam com condições adversas para garantir o sustento. Por isso, pediu mais empatia, diálogo e equilíbrio nas ações e pronunciamentos dos vereadores. Encerrando sua fala, o parlamentar fez um apelo por mais respeito, cautela e cooperação entre os membros da Câmara, afirmando que o povo de Porto Velho precisa de representantes que tragam soluções, e não problemas. Reforçou seu compromisso com o trabalho conjunto e agradeceu a todos, desejando que Deus continue abençoando os presentes e o município. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Sofia Andrade**; A vereadora Sofia Andrade iniciou sua fala cumprimentando o público presente, a imprensa, os colegas vereadores e sua assessoria. Disse estar muito feliz por anunciar a sanção integral de uma lei de sua autoria, sem vetos por parte do Executivo Municipal. A parlamentar fez um agradecimento especial à sua equipe técnica e ao corpo jurídico do gabinete, mencionando nominalmente Carlos Carol, Dr. Manuel, Dr. Joaci e demais assessores que contribuíram na elaboração do projeto. Sofia destacou que a nova lei trará melhorias na organização visual da cidade, ao proibir e punir a fixação irregular de cartazes e propagandas em postes, paradas de ônibus, muros, árvores e outros locais públicos. Segundo ela, o objetivo é evitar que Porto Velho tenha aparência desordenada e garantir que as propagandas irregulares resultem em multas pesadas para os responsáveis. A vereadora agradeceu ainda à gestão municipal por reconhecer a importância do projeto. Na sequência, fez cobranças à Secretaria Municipal de Trânsito (Semtran), relatando que há dez meses solicita a implantação de faixas elevadas em diferentes pontos da cidade, sem que nenhuma tenha sido executada até o momento. Lamentou também a falta de retorno sobre o pedido de alteração no sentido da Rua Campos Sales, no bairro São João Bosco, que deveria voltar a ser mão dupla, conforme promessa feita pela gestão. Sofia observou que esses ajustes são medidas simples, sem grandes custos, e que sua ausência tem resultado em acidentes de trânsito, perdas materiais e vítimas fatais, reforçando a necessidade de mais eficiência e comprometimento na execução das demandas. A vereadora abordou ainda a questão da regularização fundiária em Porto Velho, reconhecendo avanços, mas afirmando que o processo poderia ser acelerado com o remanejamento de servidores para a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo (Semdec). Citou que já foi informada pela própria secretaria sobre a falta de pessoal, e defendeu o aproveitamento de servidores capacitados que estão ociosos em outras áreas, evitando novas contratações. Por fim, reforçou pedidos de asfaltamento em diversas vias do município, mencionando especialmente o bairro Três Marias, que aguarda atendimento desde o início do ano. Solicitou que a reunião prometida sobre o cronograma de pavimentação seja realizada o quanto antes, para que as obras possam ocorrer ainda neste ano. Encerrando sua fala, Sofia Andrade agradeceu a atenção de todos e reiterou seu compromisso com a fiscalização, a cobrança por resultados e o bem-estar da população de Porto Velho.

**PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE.** I – **Leitura de Correspondência;** (Não houve). II – **Leitura de Projetos e Moções:** (Não houve); III – **Leitura, discussão e votação única de Requerimento;** (Não houve); IV- **Leitura de informações Oficiais.** (Não houve). **INTERVALO REGIMENTAL.** O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de Intervalo Regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno, sendo aprovado. Em seguida, foi concedido intervalo regimental de dez minutos. Reabertos os trabalhos, passou-se imediatamente à **ORDEM DO DIA**, na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Projeto de Lei nº 4870 de 2025**, de autoria do Vereador Pedro Geovar, que “Declara a bíblia sagrada como patrimônio e dá outras providências.” Em votação. Projeto aprovado em primeira votação por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. **II- Projeto de Lei Complementar nº 1411 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a alteração dos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 390, de 02 de julho de 2010, que tratam do plantão extra, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. **III- Projeto de Lei nº 4935 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento presencial humano e direto ao consumidor e ao cidadão nas

concessionárias de serviços públicos e empresas que prestam serviços essenciais no município de Porto Velho, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. **IV- Projeto de Lei nº 4945 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que “Dispõe sobre diretrizes para a emissão de atestados médicos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e demais unidades de urgência e emergência da rede pública municipal de saúde de Porto Velho, e dá outras providências.” Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. **V- Moção nº 82 de 2025**, de autoria do Vereador Pastor Bruno Luciano, que seja concedida MOÇÃO DE APLAUSO aos dirigentes de congregações e respectivas cônjuges, bem como aos membros da diretoria da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira em Porto Velho – RO, pelo relevante trabalho espiritual, social e comunitário desenvolvido na capital. Em votação; Moção aprovada por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. **VI- Moção nº 86 de 2025**, de autoria do Vereador Pastor Bruno Luciano, que seja concedida MOÇÃO DE APLAUSO aos integrantes do centro integrado de operações policiais(CIOP) e do Colégio Tiradentes da Policia Militar- Unidade I(CTPM I), em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade rondoniense, com profissionalismo, compromisso e dedicação no exercício de suas funções. Em votação; Moção aprovada por quatorze votos favoráveis e nove ausências de plenário. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**; (Não houve orador inscrito); Nada mais havendo a tratar, o Primeiro Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Sexagésima Sétima Sessão Ordinária** do Segundo Período Legislativo as onze horas e cinquenta e oito minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** -- Em: 22/10/2025, 12:19:33